

## REFORMA AGRÁRIA E COOPERATIVISMO

**\* Roberto Rodrigues**

Embora ideologizado e partidarizado, o tema Reforma Agrária deve ser tratado com respeito e à luz de fatos históricos que o justifiquem.

Erros repetidos por governos que se sucederam no Brasil nos últimos 30 anos produziram uma exclusão social muito grande no campo. Milhares de pequenos produtores rurais no sul, no sudeste e no nordeste, e de grandes e médios no centro oeste, foram expulsos de suas fazendas por falta de políticas públicas adequadas como as que existem nos países desenvolvidos para manter a renda e a atividade agropecuária ou, pior, por políticas completamente equivocadas que levaram a essa exclusão compulsória. Exemplos mais recentes deste segundo caso foram às consequências trágicas dos Planos de estabilização da economia de 1990 - o Plano Collor, e de 1994 - o Plano Real.

No primeiro caso, houve um esbulho contábil contra os produtores rurais, uma vez que o Plano entrou em vigor no dia 15 de março de 1990, entre o plantio da safra de verão do centro sul e sua colheita: os preços mínimos foram corrigidos por um índice, a BTN, no valor de 41,3% e as dívidas de crédito rural por outro índice, o IPC, no valor de 84,3%. Com isso, o agricultor que no dia 14 de março tinha dormido com uma safra no valor de 120 para colher e uma dívida no valor de 100 junto ao Banco, acordou devendo 184 e com a safra pendente valendo 170! Um roubo sem precedentes, que excluiu da atividade produtiva milhares de pessoas de bem. Logo depois veio o Plano Real, e outro esbulho ocorreu: as dívidas dos agricultores foram corrigidas pela famigerada TR, dobrando de valor em um ano, enquanto os preços caíam até 20% no mesmo período, com a estabilização da moeda. Com isso, o campo "bancou" o sucesso do Plano, e os produtos agrícolas foram chamados de "âncora verde" do Real. Quem não se lembra do preço do frango, baixíssimo, induzindo seu consumo a níveis nunca antes observados?

Como resultado destes 2 momentos dramáticos para a agropecuária brasileira, a exclusão social foi brutal, inclusive com a perda de milhares de empregos no setor. Mais tarde, diante da quebra de expectativas nas principais regiões produtoras, o governo fez algumas ações corretivas, prorrogando e alongando dívidas, inclusive com cooperativas, cuja sobrevivência fora também comprometida. Mas era tarde, o estrago já estava feito.

No entanto, estes dois momentos serviram para engrossar os assim chamados movimentos sociais, que faziam da reforma agrária uma bandeira ideológica para mudar o regime, tudo dentro da melhor prática democrática.

E ficava evidente a necessidade de uma reforma agrária verdadeira, legítima, sem vícios ou tendências partidárias: era imperioso um modelo de redistribuição de terras que permitisse a reparação da injustiça praticada por diferentes governos que expulsaram inocentes do campo. E não uma redistribuição pura e simples, porque isso seria criar miséria no campo: a terra valeria menos de um quarto dos investimentos necessários, sendo indispensáveis outros bens para a reforma se sustentar, desde a assistência

técnica, passando pelo suprimento de insumos e equipamentos, construções rurais, energia, mecanismos de comercialização das colheitas, etc, etc. Em suma, seria uma reforma capitalista, que permitisse ao assentado as condições mínimas de progresso material e escalada social. Nada de assistencialismo sem resultados.

Note-se que não foram apenas estes dois momentos - Planos Collor e Real - os únicos fatores determinantes da exclusão no campo. Crises pontuais haviam ocorrido antes, como a que acabou com a cotonicultura familiar em São Paulo e Paraná nos anos 80, a que quase matou a triticultura no mesmo período e as cíclicas quebras de renda na cafeicultura, no setor canavieiro e no citrícola, inclusive causadas por diversas geadas nos anos 70 e 80, mas principalmente pela falta de atenção governamental.

Tudo isso era e ainda é argumento mais do que suficiente para proceder a uma reforma agrária reparadora de tantos erros e omissões do setor público federal.

Mas veio a Assembléia Nacional Constituinte e este tema virou um dos mais polêmicos dos trabalhos em busca de uma nova Constituição. As posições em torno dele se radicalizaram, fortalecendo o MST e outras organizações políticas, e dando oportunidade a reações em contrário, como foi a criação da poderosa UDR, mais tarde emagrecida com a promulgação da nova Constituição em 1988. As discussões sobre a assim chamada RA se polarizaram, perderam legitimidade, ataques pessoais entre parlamentares cresceram e a violência se instalou no campo, com invasões agressivas a propriedades consideradas improdutivas pelos invasores.

Remendos legais foram costurados, mas nada se fazia de verdade em relação ao que era legítimo: uma reforma agrária que purgasse os erros do passado, permitindo a volta ao campo de profissionais injustamente expulsos.

O radicalismo levou a uma propaganda enganosa sobre o tema, e gente inocente foi usada para engrossar a demanda por terras. Quem não gostaria de receber terras de graça? E pessoas não vocacionadas para a atividade rural se apressaram a se inscrever em programas de RA, dando a impressão que a demanda por terras era realmente enorme, que grande injustiça grassava no campo e que era imperiosa uma grande onda de desapropriações.

Isso tudo se misturou com eleições e o barulho cresceu com a posse do Presidente Lula. Este realmente ampliou as desapropriações, mas principalmente seguiu uma linha mais realista - embora ainda não empresarial - de assentar pessoas que tivessem assistência dos órgãos federais, não ficando abandonadas à própria sorte em seus lotes.

No entanto, uma reviravolta econômica importante aconteceu: os programas de inclusão social do Governo Lula, continuados no atual governo, geraram milhões de novos empregos sustentados, criaram uma exuberante classe média, e a RA perdeu um pouco o sentido, pelo menos no nível ideológico anterior. O tema esvaziou um pouco.

Mas os reais fatores determinantes dela ainda persistem. Ainda temos que realizar a tal Reforma Agrária capitalista para pagar os pecados cometidos por governantes do passado.

Para isso insisto desde 1985, quando assumi a presidência da OCB, num projeto capitaneado por cooperativas agropecuárias exitosas.

Como seria este modelo?

Em primeiro lugar, haveria um protocolo de entendimentos ou algum convênio entre o órgão governamental responsável pela RA, o INCRA, e a OCB, legítima representante do Movimento Cooperativista Brasileiro.

Quando o INCRA desapropriasse uma área para fins de Reforma Agrária, imediatamente os conveniados tratariam de identificar quais as vocações agrícolas naturais da região onde se situaria a área. E, ato contínuo, a OCB encontraria uma cooperativa pré-existente especializada no produto vocacionado que fosse exemplar na atividade referida.

Identificada a cooperativa, esta, no âmbito do convênio entre INCRA e OCB, faria uma extensão de sua base para a área desapropriada, montando aí, com créditos fornecidos pelo governo federal, uma estrutura mínima para operar o produto definido. Este investimento consideraria até mesmo a necessidade de energia e logística. A seguir, ainda no espírito do acordo, a cooperativa identificada e o INCRA fariam a seleção dos candidatos ao assentamento, sempre considerando a história de cada candidato e sua real vocação para a atividade agropecuária.

Escalados os assentados, estes se associariam de imediato à cooperativa, condição sine qua non para receberem seu título de proprietários.

Com esse mecanismo, todo mundo ganha. Ganha o assentado porque já entra em um "trem em movimento", não tem que criar uma cooperativa ou qualquer outro tipo de associação. E dessa forma ele recebe a indispensável orientação técnica de profissionais contratados pela cooperativa (e não pelo governo), compra com financiamento repassado pela cooperativa e a prazo de safra os insumos necessários e tecnicamente recomendados, inclusive equipamentos, planta, cultiva e colhe sua safra que é entregue para comercialização em "pool", o que lhe garante melhor margem, etc, etc.

Ganha o governo porque não gasta um centavo a fundo perdido. Todas as despesas de logística e infraestrutura serão pagas pela cooperativa, eventualmente através de financiamento público, e não doação. Além disso, o governo não terá que cuidar de contratações de profissionais técnicos, uma vez que estes serão funcionários das cooperativas, treinados e bancados por ela, porque a ela interessa o sucesso dos assentados, com produtividade alta e volumes expressivos de produção.

Ganha a cooperativa, inclusive os cooperados da base anterior, porque ela aumentará seu poder de barganha no mercado com maior volume de produtos para vender e de insumos (adubos, sementes, defensivos, corretivos, peças de reposição, etc) para comprar, o que lhe permitirá margens maiores.

E ganha a sociedade toda porque não terá que pagar impostos para o processo. O aumento de produção garantirá oferta permanente a custos adequados, diminuindo risco de desabastecimento ou de inflação.

Esta proposta foi encaminhada a todos os governos desde 1985, mas nunca foi implementada.

Cooperativismo é uma doutrina que visa corrigir o social através do econômico, e, portanto, seu instrumento, a cooperativa, pode jogar um papel formidável na execução da Reforma Agrária consistente, coerente com o modelo de desenvolvimento escolhido pelo Brasil.

Parece algo óbvio, e, no entanto, jamais este modelo foi considerado. Porque seria? Que interesses seriam contrariados com sua implantação? Talvez apenas os interesses de quem não quer resolver, de uma vez por todas, esta questão. Melhor será manter sempre a bandeira da RA desfraldada. Isso dá visibilidade política e gera alguns possíveis rendimentos...

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)